

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

VERÔNICA CASTRO

**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES NECESSÁRIAS**

**SÃO BORJA
2016**

VERÔNICA CASTRO

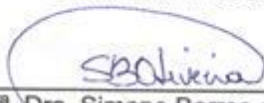
**TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES NECESSÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 7 de dezembro de 2016.

Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Simone Barros de Oliveira,
Orientadora
UNIPAMPA



Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
UNIPAMPA



Prof.^a Dra. Nola Patrícia Gamalho
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe Andrea, que não mediu esforços para que eu pudesse realizar mais esta conquista, sempre acreditando no meu potencial. Foi tudo por você e sempre será.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, Andrea e Beatriz, que foram base de todo o meu esforço para chegar até aqui. Em especial a minha mãe Andrea, que sempre tive como exemplo de pessoa batalhadora, e que sempre esteve ao meu lado me apoiando em todas as minhas decisões, acreditando no meu potencial. A qual não mediu esforços para me dar todo o suporte necessário para hoje estar realizando mais esta conquista. Que acreditou em mim sendo minha força nos momentos difíceis de angústia onde a saudade de casa se fazia presente no meu dia-a-dia. Enfim obrigada pelo amor, carinho e compreensão dedicados a mim todos esses anos que não foram fáceis, mas como já é de costume mais uma vez conseguimos juntas esta conquista, porque sem teu apoio eu não teria chegado até aqui.

A minha irmã Beatriz por todo amor, carinho e compreensão nos momentos que estive ausente e mesmo naqueles momentos que estava presente não pude lhe dar atenção suficiente, devido à preocupação com as atividades curriculares da graduação. Apesar das brigas e da distância eu amo você, e todo o meu esforço também é por ti.

Ao meu namorado Wendell que apesar da distância fez o possível para estar presente em todo esse processo de graduação, me apoiando em todos os momentos, compartilhando comigo as angústias, as incertezas, as conquistas, as alegrias que a academia me proporcionou. Obrigada pela compreensão e paciência diante ao meu estresse constante, por ter acreditado que eu seria capaz de superar todas as dificuldades que se apresentavam em meio à divisão da academia e o trabalho. Agradeço pelo diálogo, onde pude contar as experiências novas, as dificuldades e especialmente partilhar o orgulho que tenho de ter escolhido o curso de Serviço Social.

Aos meus colegas de curso que foram essenciais neste processo de formação, pois juntos construímos conhecimento, dividindo nossas experiências cada um com suas particularidades. A minha colega e companheira no processo e Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, Indira, que esteve comigo nesta etapa da graduação e que também foi importante neste processo, pois, juntas enfrentamos as dificuldades nos dois campos de estágio diferentes em que nos inserimos, juntas superamos todos os desafios.

Em especial a minha colega e amiga Annie Caroline que esteve comigo todos esses anos, que me acolheu no momento em que estava sendo difícil a minha adaptação em São Borja, tornando-se minha referência de família nesta cidade. Obrigada por compartilhar comigo todos os momentos difíceis dessa caminhada e por todas as palavras, gestos de apoio, por aquele mate que era nosso refúgio nos momentos de sufoco, e nos momentos de lazer, descanso, o nosso mate que sempre nos acompanhou. Obrigada por todos os abraços apertados quando eu pensava que tinha chegado ao meu limite, obrigada pelo apoio de sempre, você foi muito importante nesta etapa e jamais esquecerei de cada momento que passamos juntas.

Agradeço também a todos os professores do curso que fizeram parte desta formação e que contribuíram com esse processo, em especial ao professor Jorge Alexandre que também foi meu supervisor acadêmico de estágio, e que não mediu esforços para que eu pudesse concluir o estágio I e II apesar dos desafios e dificuldades que enfrentamos com a troca de campo de estágio e o curto prazo para a conclusão do mesmo. Obrigada pela parceria e paciência, pela flexibilidade e oportunidade de ter realizado um excelente trabalho em equipe.

As minhas supervisoras de campo no estágio I e II, Aline e Cristiane, obrigada por toda a atenção dedicada em orientar a prática profissional. E toda a equipe do CAM e CRAS Arnaldo Matter.

Quero agradecer a minha orientadora Simone, por aceitar orientar meu trabalho e por acreditar que eu seria capaz realiza-lo. Obrigada por sua dedicação, paciência, companheirismo, por ter caminhado junto comigo, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial mesmo quando eu mesma não o reconhecia. Obrigada pelo apoio, pelas palavras nos momentos de angústia e ansiedade onde eu me sentia insegura.

Agradeço também aos professores que aceitaram fazer parte da minha banca de TCC, professor Jorge Alexandre e Nola Patrícia Gamalho a vocês meu muito obrigado por estarem contribuindo com mais uma parte de minha formação.

Por fim, quero agradecer a todos que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória na Universidade nestes quase quatro anos, e que contribuíram para minha formação. Obrigada por fazerem tudo isso valer a pena.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como objetivo analisar como se constitui o trabalho do Serviço Social na educação básica brasileira, a fim de problematizar a importância da inserção do Serviço Social nas escolas, com vistas a contribuir para o fortalecimento da categoria profissional nesse espaço sócio ocupacional. Esse estudo, realizado à luz do método materialista histórico e dialético, consiste em uma pesquisa documental e bibliográfica tendo como base os documentos oficiais dos órgãos representativos da categoria profissional. Neste sentido, por meio da análise das informações oriundas dos documentos, ressalta-se a importância da inserção de profissionais do Serviço Social na escola, em razão da sua capacidade crítica e investigativa de intervir na realidade social. Apresenta também discussões de forma reflexiva e propositiva a respeito da construção de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social na esfera da educação básica brasileira. As conclusões apontam que esta área de inserção do Serviço Social é pouco aprofunda, ao mesmo tempo em que há uma grande demanda da inserção do Serviço Social na educação básica, e que, a partir do cenário educacional defendido pelo Serviço Social, a educação cidadã apresenta-se como modelo de educação, pois valoriza uma educação crítica, cujos princípios norteadores regem a democracia, respeito às diferenças e a liberdade.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Básica. Educação cidadã.

ABSTRACT

The present Course Work in Social Work has as its main objective the analysis of how the work of Social Work is constituted in the basic education in Brazil so the importance of the insertion of Social Work in schools can be discussed, aiming to contribute to the strengthening of the professional category in the occupational space. This study, constructed under the historical and dialectical materialistic method consists in a documental and bibliographical research having as base the official documents from representative institutions of the professional category. In this sense, by the analysis of the information gathered from these documents, it's emphasized the importance of the insertion of Social Work professionals inside the school, given their critical and investigative capacity of intervening in the social reality. It is also presented in this work discussions in a reflective and propositional manner regarding the making of strategies to face the many expressions of social issues in the scope of the Brazilian basic education. Conclusions indicate this insertion of the Social Work is only slightly deep at the same time that there is a high demand of insertion of Social Work in the Basic Education and so, going from the educational scenario defended by Social Work, a citizen-driven education presents itself as a model of education, for it values a critical education whose guiding principles govern the democracy, the respect towards differences and freedom.

Keywords: Social Work. Basic Education. Citizen-driven education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro teórico.....	20
Quadro 2 – Processo de análise a posição do Serviço Social como defesa intransigente de uma educação cidadã.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAM- Centro de Atendimentos Múltiplos

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional

LBA- Lei Brasileira de Assistência

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE- Plano Nacional de Educação

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	METODOLOGIA	15
2.1	Tipo de pesquisa	16
2.2	Análise dos dados.....	21
3.	Educação básica: trajetória e desafios	23
3.1	Inserção do Serviço Social na educação básica brasileira	28
3.2	Educação cidadã: perspectivas para o Serviço Social.....	35
3.3	Trabalho do Serviço Social: processos de trabalho e competências profissionais.....	39
4	A inserção necessária do Serviço Social na Educação Básica	42
4.1	Educação Básica	42
4.2	Trabalho	45
4.3	Educação Cidadã	51
4.4	Mediação do Serviço Social: Escola, família e comunidade, tripé de materialização da prática profissional.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta-se como resultado das inquietações decorrentes do processo de formação acadêmica, em especial no que diz respeito à vivência da prática profissional proporcionada pelo Estágio Supervisionado em Serviço Social I, o qual foi realizado no Centro de Atendimento Múltiplos (CAM), vinculado à política de educação, trabalhando na perspectiva de educação inclusiva.

Este estudo emerge da experiência teórico-prática enquanto observações da realidade do campo de estágio demonstrando a necessidade de maior aprofundamento desta área. Com base nisso realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. A presente pesquisa realizada neste estudo problematiza a inserção do Serviço Social na educação básica, destacando suas possíveis contribuições para este espaço, juntamente com os seus desafios, com intuito de estar fomentando a discussão à respeito da luta e defesa que a categoria profissional tem para a garantia desta inserção. Busca salientar as particularidades do trabalho do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, ressaltando a sua importância no que se refere à viabilização do direito ao acesso de educação de qualidade que está previsto na Constituição Federal de 1988.

O trabalho surge através das fragilidades visualizadas no decorrer do processo de formação acadêmica, onde verificou-se que o trabalho do assistente social no âmbito da educação é pouco discutido, pois a aproximação com esta temática e a problematização da mesma no processo de formação acadêmica se deu somente a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social I. Também percebeu-se que ainda há uma carência no que diz respeito as produções científicas produzidas nesta área.

A educação ocupa um lugar de destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista, visto que historicamente seu trabalho vem sendo demandado como parte de estratégias de controle social, do Estado e das frações dominantes da classe burguesa sobre os processos de reprodução da força de trabalho. No entanto ela não deve ser pensada desta forma, pois acaba deslocando-se das demandas que particularizam a demanda da mesma.

Desde o surgimento dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão, se faz presente a existência do assistente social na educação. No entanto sua atuação neste âmbito ainda se dá por meio de processos que vão ocorrendo gradativamente

com avanços e conquistas da categoria profissional. A presença de assistentes sociais na rede de educação básica de ensino é uma estratégia, e contribuição fundamental para o desenvolvimento desta política.

A partir do momento em que se reconhece que a escola é um espaço sócio ocupacional, que apresenta relações complexas pelo lugar que a educação tem ocupado no modo de produção capitalista, torna-se possível identificar a necessidade da inserção deste profissional neste espaço.

Conforme Constituição Federal de 1988, o acesso à educação de qualidade está posto como direito, mas ainda assim, para que isso possa ocorrer diversas barreiras são postas entre tal direito e sua efetivação. Com base nisso ressalta-se que no âmbito escolar o assistente social é um dos profissionais essenciais que pode estar contribuindo no processo de busca pela efetivação desse direito.

Respaldo pelo Código de Ética de Serviço Social (Lei 8662/93), em seus princípios éticos profissionais aponta-se o posicionamento em favor da equidade social; compromisso com os serviços prestados à população e a defesa da democracia juntamente com a ampliação, e consolidação da cidadania, o que se constitui também uma defesa intransigente dos direitos humanos. Portanto aludido a esses princípios, o direito ao acesso a uma educação de qualidade torna-se um elemento fundamental no qual a categoria profissional em suas lutas históricas, tem buscado garantir essa inserção.

A relevância deste estudo centra-se na necessidade histórica do reconhecimento da inserção do Serviço Social na área da educação básica. É contínuo o processo de busca pela ampliação de espaços profissionais no âmbito da educação. É no processo de busca pela ampliação das conquistas da categoria, e com vistas a contribuir para que a educação possa ser acessada com qualidade, logo também percebendo a importância que esse espaço sócio-ocupacional tem para a categoria profissional, é nesta lógica que é possível reconhecer a relevância da realização de pesquisas e trabalhos voltados para discussão desta temática para a ampliação da construção do conhecimento na área do Serviço Social.

Neste sentido, o presente estudo se justifica a partir do momento em que se propõe a discutir a inserção dos assistentes sociais na política de educação básica, na perspectiva da garantia de direitos. No que se refere produção acadêmica o trabalho irá contribuir na discussão da política pouco discutida, embora tenham ocorrido vários avanços em relação à temática.

Considerando que a produção de material científico na área do Serviço Social na educação ainda é bastante reduzida, se comparado com a produção na área de políticas como assistência social e saúde. Portanto, esse torna-se fundamental na medida em que dá ênfase a uma política pouco debatida durante a formação profissional e no próprio ambiente acadêmico.

Desta forma o mesmo está estruturado em itens que versam sobre a temática a partir das leituras feitas para a realização do mesmo e as experiências obtidas no processo de formação. Por fim, apresenta-se as considerações finais, onde são realizados encaminhamentos, proposições e conclusões pautadas na síntese de forma reflexiva com a proposta da pesquisa. Destacando os resultados do estudo, trazendo contribuições e proposições a cerca da temática apresentada.

2. METODOLOGIA

Este capítulo aborda metodologia do trabalho, evidenciando os passos da pesquisa que orientam o trabalho. O pesquisador ao dedicar-se a uma dada pesquisa, busca por meio de um processo, a possibilidade de construir ou desconstruir conceitos dados pela sociedade através dos resultados obtidos com o desenvolvimento de sua pesquisa.

Neste sentido com este estudo deseja-se contribuir com a reflexão no que diz respeito ao Trabalho do Serviço Social na educação básica e a necessária inserção desta categoria profissional nesta área de atuação. Sendo assim, a pesquisa vem explorar temáticas a cerca do cotidiano da sociedade contemporânea, partindo do pressuposto que no momento em que realiza-se uma pesquisa, adquire-se um saber e, ao mesmo tempo o aperfeiçoamento de determinada metodologia.

A metodologia em um trabalho científico refere-se ao processo escolhido para atingir os objetivos de um determinado projeto. Dessa forma, elucida como se dará o estudo, compreendendo o método utilizado, o modo como serão analisados e divulgados os dados, e resultados adquiridos ao longo do processo. Com base nos estudos de Minayo (2012, p.14), entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesta perspectiva, entende-se metodologia como um conjunto de métodos e técnicas utilizados ao longo do processo de realização da pesquisa.

A realidade social para ser compreendida exige do profissional capacidade de leitura de realidade para além de números e porcentagens. É no exercício prático do cotidiano profissional que a realidade social se apresenta na luta diária do contexto das relações sociais, limites e possibilidades da vida dos sujeitos coletivos.

A partir da inserção da pesquisadora no estágio supervisionado, verificou-se a necessidade de debater a inserção do Serviço Social na educação básica, aspectos pouco debatidos ou até mesmo trabalhados no universo acadêmico da formação profissional. Frente a essa realidade, não poderia ser diferente a escolha do tema focado no trabalho do Assistente Social, delimitado no espaço da educação básica.

Com base nisso, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa teve como objetivo geral “Analisar como se constitui o trabalho do Serviço Social na Educação Básica, a fim de problematizar a importância da inserção do

Serviço Social nas escolas, com vistas a contribuir para o fortalecimento da categoria profissional nesse espaço sócio ocupacional”.

Apresentou os seguintes objetivos específicos: -Identificar quais as contribuições da inserção do Serviço Social na Educação Básica; -Compreender qual a concepção de Educação no Serviço Social; -Verificar quais as condições para a materialização do projeto ético político do Serviço Social na Educação Básica.

As questões norteadoras deste estudo foram: -Quais as contribuições da inserção do Serviço Social na Educação Básica? -Qual a concepção de Educação no Serviço Social? Quais as condições para a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social na Educação Básica? Com base nesses objetivos e questões norteadoras buscou-se aprofundar a realidade da educação básica brasileira na relação com o Serviço Social a partir da inserção da categoria profissional neste espaço sócio-ocupacional com base nas categorias explicativas da realidade que estão presentes no processo de análise do estudo.

2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizou-se a luz da teoria crítica, por entender que o método dialético-crítico vai ao encontro da realidade social. O método dialético está vinculado ao processo de discussões e debates entre posições diferentes. Com base na escolha do método, faz-se necessário refletir sobre o materialismo dialético. O materialismo dialético que é considerado um avanço para a interpretação dos fenômenos sociais, pois enquanto corrente teórica, considera a história como um “fator importante no desenvolvimento dos fenômenos, buscando compreender o processo histórico das mudanças e dos conflitos sociais como método de investigação da realidade”. (RICHARDSON, 2008).

A opção pelo método dialético refere-se, sobretudo de um modo de compreender a realidade com suas diferentes faces, que na perspectiva de Gadotti (1983, p. 19) trata-se de “uma concepção de homem, da sociedade e da relação com o mundo”.

Para realizar a busca pela compreensão da realidade nesta pesquisa foram utilizadas as seguintes categorias: historicidade, totalidade e contradição. Para conhecer é preciso compreender o objeto em sua historicidade, entendendo-o como um processo inserido em uma totalidade dinâmica no qual se estabelecem inúmeras relações. A articulação entre as categorias permite a compreensão da realidade em

seu movimento, a partir de suas contradições (NETTO, 2009). Desta forma, articular as categorias é imprescindível para que o sujeito não seja visto isoladamente e sim na sua totalidade, sendo possível desvendar o aparente, buscando a essência do fenômeno.

A historicidade é uma categoria que trabalha próximo a essência do objeto. Compreender a historicidade significa

[...] Conhecer o objeto ou fenômeno de estudo situando-o no caminho percorrido pela sociedade na realidade social. [...] Enquanto categoria do método, a historicidade ratifica a essência processual do ser e da realidade social. (CAMARGO, 2014, p.88-89).

A história deve ser compreendida em sua essência e totalidade, sendo refletida como um processo de realidade dialético, compreendendo suas transformações ao longo do tempo. No que se refere à educação básica, é necessário entender os processos históricos de lutas e conquistas em prol de uma educação defendida e garantida como direito e não como bem-estar.

A totalidade é “[...] Uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica” (PONTES, 2010, p. 70). Por meio dessa categoria é possível articular o real a outros processos, buscando a totalidade do objeto. No que diz respeito à educação básica esta deve ser vista a partir de sua totalidade no conjunto da sociedade e das outras políticas sociais.

A categoria contradição é reconhecida pela dialética como

Princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. (KONDER, 2004, p. 49).

Essa categoria permite que o pesquisador possa aproximar-se do objeto, para desvendá-lo e propor sua transformação. No que se refere à contradição no âmbito da educação é que embora a educação seja um direito de todo e qualquer sujeito ela ainda acaba se restringindo a uma parcela da sociedade deixando alguns as margens dela, tendo que criar mecanismos para que alguns sujeitos possam acessá-la.

Foi por meio dessas categorias que buscou-se subsídios necessários para compreender como se constitui o trabalho do Assistente Social na Educação Básica e a importância da inserção deste profissional nesse espaço sócio ocupacional.

O estudo foi orientado pela pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2001), esta trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Portanto a pesquisa qualitativa preocupa-se com dados da realidade que por vezes não podem ser quantificados. Enquanto processo de desvelamento da realidade, verificou-se bibliografias e documentos, tornando-a uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório.

Conforme Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa é voltada aos significados, às interpretações a respeito dos sujeitos pesquisados e de suas histórias, já as informações quantitativas são complementares e fundamentam o conhecimento produzido pela outra. A abordagem qualitativa, assim como o método dialético-crítico reconhece que não há neutralidade no modo como o pesquisador investiga o seu objeto de pesquisa. Por isso, as atribuições de valores e os significados construídos por ele também compõem o estudo realizado.

Segundo GIL (2012, p.27), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Ela tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar, com vistas à formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. O produto final deste processo é um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos sistematizados (GIL, 2012).

A pesquisa bibliográfica permite compreender que a resolução de um problema pode ser obtida através dela, tendo como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar (LAKATOS, 1992). Ela pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica, sendo desenvolvida com base em materiais já elaborados, encontrados principalmente em livros e artigos científicos. No que se refere à pesquisa documental, esta tem uma semelhança com a pesquisa bibliográfica, porém o que as diferencia é a natureza das fontes, pois a mesma consiste na exploração de documentos.

Pesquisa documental é considerada um método de investigação da realidade social que permite a “investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social” (BRAVO, 1991).

No que se refere à amostra em uma pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2002), amostra é um subconjunto da população, uma parcela, conveniente selecionada do universo a ser pesquisado. Gil (1999, p.100) define amostra como o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelece ou se estimam as características desse universo ou população”.

A amostra desta pesquisa se caracterizou como não probabilística, onde o pesquisador seleciona o conteúdo que contribuirá para o alcance de seus objetivos. A amostra desta pesquisa foi composta por documentos produzidos pela categoria profissional de Serviço Social, são eles: Lei de Regulamentação da Profissão (LEI Nº 8.662 DE 1993), a Lei de Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, o Código de Ética do/a Assistente Social (LEI 8.662/93), e o documento construído pelo CFESS denominado Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação.

O critério utilizado para construção da amostragem é que dentre todos os documentos, três deles caracterizam-se como base para composição do Projeto Ético Político da profissão, o qual orienta a atuação do profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais, e o quarto discute especificamente a atuação do Serviço Social na Educação. Enquanto amostra da pesquisa bibliográfica foram utilizados como amostragem as bibliografias produzidas pelo Serviço Social que discutiam a atuação do assistente social na educação básica.

O universo deste estudo referente à pesquisa documental se deu por meio de pesquisa realizada no site do CFESS, onde foram encontrados documentos elaborados pela categoria, e entre estes foram selecionados quatro documentos pertinentes à temática. E no que diz respeito à pesquisa bibliográfica o universo se deu por meio de recorte de bibliografias que realizam discussões acerca do tema de acordo com o quadro teórico ilustrado a seguir:

Objetivos Específicos	Material de análise	Material de apoio
Identificar quais as contribuições da inserção do Serviço Social na Educação Básica.	<ul style="list-style-type: none"> -Lei de Regulamentação da profissão; -Lei de Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social; -Código de Ética; -Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação: Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação; 	<ul style="list-style-type: none"> -Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania; -CFESS: Subsídios para a atuação do Serviço Social na política de educação; -Serviço Social e educação: interfaces de uma atuação política; - Serviço Social na educação: Perspectivas e possibilidades; -Serviço Social na Educação-CFESS; -Serviço Social e a política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios dessa relação- CFESS;
Compreender qual a concepção de Educação no Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> -A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> -A educação como um direito social e a inserção de assistentes sociais em estabelecimentos educacionais; -O Serviço Social e a política pública de educação- CFESS, cartilha; -A construção do perfil do assistente social no cenário educacional; -Serviço Social na educação: Saberes e competências necessários no fazer profissional.
Verificar quais as condições para a materialização do projeto ético político do Serviço Social na Educação Básica.	<ul style="list-style-type: none"> -A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> -A educação como um direito social e a inserção de assistentes sociais em estabelecimentos educacionais; -O Serviço Social e a política pública de educação- CFESS, cartilha; -A construção do perfil do assistente social no cenário educacional; -Serviço Social na educação: Saberes e competências necessários no fazer profissional.

Quadro 1: quadro teórico

Para coleta de dados foi utilizado como técnica documentos, produzidos pelos órgãos oficiais da categoria a respeito do trabalho do assistente social na educação básica de acordo com o quadro teórico acima, utilizando-se como instrumento um roteiro de análise documental. Outra técnica utilizada foi coleta bibliográfica, realizada a partir de artigos científicos, dissertações e livros que discutiam sobre o trabalho do assistente social na educação básica conforme foi exposto no quadro anterior, tendo como instrumento um roteiro de análise bibliográfica.

2.2 Análise e tratamento dos dados

Para análise e tratamento dos dados da pesquisa, trabalhou-se com análise de conteúdo a partir de Minayo (2012), esta técnica se vale da comunicação como ponto de partida. Segundo Minayo (2012), a análise de conteúdo compreende as seguintes fases: pré-análise¹, exploração do material², e tratamento dos resultados obtidos³ e interpretação.

Na pré-análise é o momento em que se organiza o material a ser analisado, de acordo com os objetivos e questões referentes ao estudo, definindo unidade de registro, contexto, e categorias significativas. A exploração do material é a fase em que se aplica o que foi definido na pré-análise, podendo ser necessário realizar várias leituras do mesmo material. No tratamento dos resultados obtidos e interpretação se dá por meio de princípios e tratamento quantitativo, é o momento em que devemos desvendar o conteúdo subjacente que está sendo analisado. Quanto ao retorno dos dados, este será por meio da apresentação do Trabalho de

¹ Trata-se de uma leitura de primeiro plano para atingirmos níveis mais profundos. Nesse momento, deixamos-nos impregnar pelo conteúdo do material. Através dessa leitura buscamos: (a) ter uma visão de conjunto; (b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; (d) escolher formas de classificação inicial; (e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise. (MYNAIO, 2012, p.91).

² Tratamos aqui da análise propriamente dita. Nesse momento procuramos (a) distribuir trechos, frases ou fragmentos de cada texto de análise pelo esquema de classificação inicial (escolhido na primeira etapa) (b) fazer uma leitura dialogando com as partes dos textos da análise, em cada classe (parte do esquema); (c) identificar, através de inferências, os núcleos de sentido apontados pelas partes dos textos em cada classe do esquema de classificação; (d) dialogar os núcleos de sentido com os pressupostos iniciais e, se necessário, realizar outros pressupostos; (e) analisar os diferentes núcleos de sentidos presentes nas várias classes de classificação para buscarmos temáticas mais amplas ou eixos em torno dos quais podem ser discutidas as diferentes partes dos textos analisados; (f) reagrupar as partes dos textos por temas encontrados; (g) elaborar uma redação por tema, de modo a dar conta dos sentidos dos textos e de sua articulação com os conceitos teóricos que orientam a análise. (MYNAIO, 2012, p. 92).

³ Etapa final, onde elabora-se uma síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar temas com os objetivos, questões e pressupostos da pesquisa. (MYNAIO, 2012, p.92).

Conclusão de Curso, o qual versará sobre resultados obtidos com este estudo, tendo como local destinado para apresentação a Universidade Federal do Pampa- Campus São Borja.

3. Educação básica: Trajetória e desafios

A Educação Básica no cenário das políticas públicas se constitui como um direito social, no entanto ao longo da constituição da sociedade brasileira este nem sempre foi reconhecido como tal. O campo dos direitos sociais sempre foi alvo de intensas disputas. Elas começaram desde o período de sua gênese por uma série de fatores que incluem desde os interesses da classe hegemônica, até a sua materialização perante a ação do Estado.

Os direitos sociais, que são pertencentes aos direitos de segunda geração⁴, foram requisitados por meio de intensas mobilizações e manifestações pela classe trabalhadora no século XIX, ganhando visibilidade no século XX. Esses foram denominados enquanto direitos sociais devido à precariedade das configurações do mundo do trabalho da época (século XIX), onde os trabalhadores das fábricas inglesas conviviam com condições desumanas de trabalho, pois não havia legislações que garantissem a qualidade de vida e a garantia de trabalho em condições dignas, em plena expansão do capitalismo industrial (SIMÕES, 2011). Conforme Simões (2011, p.79), “A concepção dos direitos sociais efetivou-se pela instituição da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social, no bojo da primeira grande crise do sistema capitalista e do acirramento da luta de classes”.

No período pós-independência a educação no Brasil teve como principal foco a formação da elite dirigente do país. Na Constituição de 1824, foi determinado que o ensino primário fosse gratuito sem, contudo, criar escolas que materializassem esse direito. Durante todo esse período o ensino primário foi pouco difundido por questões que iam desde a falta de orçamentos da província até o impedimento de acesso à educação dos escravizados (PILETTI; PILETTI, 2012).

Nesse período, a educação foi tratada em segundo plano, de forma que eram poucos alunos matriculados. Já em razão de ser uma educação elitista, a formação dos professores era bastante limitada e os conteúdos eram direcionados às áreas do direito, economia doméstica, agricultura e pedagogia (PILETTI; PILETTI, 2012).

Durante o período da Primeira República (1889-1930) manteve-se a dualidade de sistemas: o sistema federal garantia a educação das elites, por meio dos cursos

⁴ Segunda Geração são os direitos sociais que devem ser exercidos pelo homem por meio da intervenção do Estado (COUTO, 2010).

secundários e superiores e, de outro lado, tinha-se os sistemas estaduais que, embora pudessem instituir os mais diferenciados graus escolares, limitavam-se em organizar e manter a educação das camadas populares de maneira significativamente precária (PILETTI; PILETTI, 2012).

No período de pós-Proclamação da República, em um contexto de transformações societárias que ocorreram no Brasil, começaram haver debates, em nível educacional, onde a educação para a elite foi colocada em xeque. Segundo PILETTI e PILETTI (2012, p.166),

Os educadores que participavam dos debates nutriam um grande entusiasmo pela educação: acreditavam que reformando a educação poderiam transformar a própria sociedade. Por isso, em primeiro lugar, seria necessário organizar um moderno e eficiente sistema de educação, em que caberia ao governo federal a responsabilidade fundamental. Seria preciso acabar de vez com a situação vigente até o final da Primeira República, em que o governo federal se mantinha praticamente omissos em relação aos graves problemas educacionais.

Nessa época já havia o interesse dos educadores em problematizar a educação, onde acreditavam que essa era a porta de entrada para a transformação da sociedade. No entanto, verifica-se ainda nesse período que o Estado pouco agiu no cenário educacional, causando uma impressão de desinteresse pelos problemas enfrentados no sistema educacional da época.

A década de 1930, período em que ocorreu a Revolução de 1930, trouxe inovações à educação. Houve a criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Francisco Campos, e logo depois, em 1934, com a Constituição Federal, a educação ganha um capítulo especial. Nesse momento tem-se uma mudança de pensamento com relação à educação, pois se até então pensava-se que a educação era direcionada apenas para aqueles que tinham alto poder aquisitivo e a população era, em sua maioria, excluída do processo educativo.

Com o cenário de crescimento econômico instaurado, por meio da indústria, percebe-se que a educação era cada vez mais necessária para um número maior de pessoas. Essa educação mínima era necessária para que a mão-de-obra, que estava aumentando significativamente, fosse absorvida por “pessoas qualificadas”. Nesse período, a educação continua sendo direcionada conforme os interesses das classes detentoras de poder.

A educação foi tratada das mais diversas formas no decorrer da história brasileira, passando por dificuldades e carências que se estendem até os dias atuais. O direito fundamental à educação assegurado a todos os brasileiros, de forma indiscriminada e universal, foi tratada com mais zelo apenas na Constituição Federal de 1988, constituindo um pressuposto para a efetivação do Estado Democrático de Direito que tem como fundamento “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”, sendo previsto no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”. Contudo, nem sempre a educação foi direito social de todos os cidadãos.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil passa a ser um direito de todos, dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º).

A educação básica é compreendida como o primeiro nível de ensino escolar, e está organizada sob três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Conforme a Constituição Federal (Art. 22) “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Atualmente, os documentos orientam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. A Constituição da República Federativa do Brasil constitui-se como documento soberano e o Estatuto da Criança e do Adolescente como documento complementar.

A educação infantil é a primeira fase da educação básica, tendo por finalidade o desenvolvimento

[...] Integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico. Possibilitando a criança de até 6 anos estar inserida no processo de absorção intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.(BRASIL, 1996, art.29, p.12).

. Esse reconhecimento por parte do Estado se caracteriza como um avanço educacional/formal, permitindo “[...] A superação da visão assistencialista ou compensatória de carências culturais que, historicamente, tem caracterizado as ações governamentais nesse setor” (BREZEZINSKI, 2008, p.104).

O ensino fundamental é a fase da educação básica que torna-se obrigatória a partir dos seis anos de idade, tendo como objetivo tornar o aluno apto a ler, escrever e calcular. Neste sentido, tem como intuito proporcionar ao aluno a compreensão, análise e interpretação do espaço onde vive e construir conhecimento, visando:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, art.32, p.12).

O Estado por sua vez tem o dever de garantir o ensino fundamental e o ensino médio. O ensino fundamental é “[...] Obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio” (BRASIL, 1996, art. 4, p.2).

O ensino médio tem como finalidade reforçar e ampliar o ensinamento apreendido pelo aluno no ensino fundamental. Este permite ao aluno buscar, identificar mesmo que minimamente seus objetivos subjetivos e coletivos na vida adulta. Propicia a continuidade em estudos posteriores e o ingresso no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, busca;

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos o ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, art.35, p.12).

A educação básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo esta, elemento fundamental e condição necessária para o exercício da plena cidadania e ao acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. No entanto, diante da proposta do acesso à educação básica de qualidade encontram-se vários desafios.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) ainda é preciso ampliar o atendimento, melhorar a qualidade e reduzir as desigualdades entre redes e escolas de ensino público. Uma das metas do PNE para se alcançar esse resultado seria “universalizar até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos”. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, a taxa de escolarização das crianças de 4 e 5 anos de idade era 82,2%.

É preciso destacar que as desigualdades regionais e econômicas são relevantes, o que torna a consecução da meta ainda mais difícil. Enquanto o acesso à pré-escola está próximo da universalização (92,3%) para os 20% mais ricos da população, apenas 71,2% das crianças de 4 e 5 anos de idade provenientes dos 20% mais pobres da população brasileira estão matriculadas. As desigualdades regionais de acesso à escola também se colocam como um obstáculo para a meta.

Ainda conforme a PNAD, divulgada em 2012 pelo IBGE, há mais de 3,3 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola. Outro dado que se tem a respeito dos desafios postos para qualidade da educação básica, é o relatório de Desenvolvimento Humano de 2012, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual alerta o alto índice de evasão escolar no Brasil (24,3%), a terceira maior taxa de abandono escolar entre os cem países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Só em 2012, o Censo Escolar aponta o abandono de 1,6 milhões de crianças e adolescentes da escola durante o ano letivo. Uma das razões que explica a evasão escolar é o trabalho infantil, que atinge 3,15 milhões de estudantes com menos de 13 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2012, do IBGE. Dividindo os estudos com o trabalho, muitas crianças deixam a escola ou acumulam atraso de séries.

A PNAD de 2011 mostra que 1/3 dos alunos que deveriam estar no Ensino Médio estão no Ensino Fundamental. O atraso e o abandono fazem com que quase metade da população brasileira (45,5%) com 25 anos ou mais não tenha o ensino fundamental completo, segundo dados da PNAD 2012. Em relação à América do Sul, o relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD mostra que o Brasil tem a menor média de anos de escolaridade. Estes dados são fundamentais, pois indicam um desafio primordial que antecede a qualidade do ensino, outro enorme problema da Educação brasileira. É necessário garantir o direito das crianças e jovens à Educação e também certificar que seu percurso seja devidamente concluído.

Diante destes desafios apontados acima que a educação básica brasileira vem enfrentando, é necessário que se tenha uma atenção maior para a qualidade dos serviços prestados. Nesta perspectiva a inserção do Serviço Social enquanto profissional neste espaço sócio-ocupacional vem a contribuir para qualificar esse espaço. Entendendo o profissional de Serviço Social como mediador entre aluno, escola, família e comunidade.

3.1 Inserção do Serviço Social na Educação Básica Brasileira

O Serviço Social enquanto profissão traz em seu processo histórico um conjunto de lutas constantes em busca de legitimação e institucionalização, caracterizando-se como uma profissão que procura responder as necessidades sociais que se encontram no bojo da sociedade capitalista.

No decorrer de sua trajetória ele constitui-se por meio de processos de renovação e influências desde sua gênese, e ao longo destes processos a profissão se depara com avanços e retrocessos. Para que se possa compreender a conjuntura atual do Serviço Social é necessário apreender esses processos sócio históricos.

O Serviço Social surge por demanda do Estado na década de 1930 em resposta as tensões que vinham ocorrendo por parte da classe trabalhadora, a qual estava sofrendo com os fortes impactos da revolução industrial neste período. O Estado por sua vez toma para si a questão social e vai demandar um profissional que execute políticas sociais como resposta. Neste momento o Serviço Social tinha um caráter mediador de conflitos e regulador das relações sociais. A gênese da

profissão também é marcada por forte influência moral e da Igreja pautando-se nos moldes do Serviço Social norte-americano.

Ainda na década de 1930 o Serviço Social tinha a base de suas intervenções no “desajustamento social” onde cada sujeito deveria se adaptar a realidade social vigente visando à harmonia da sociedade. A atuação profissional neste momento tinha o viés de reajustar o sujeito conforme a sociedade, deixando de lado as suas condições históricas sociais e econômicas a qual os sujeitos pertenciam.

Em 1942 tem-se um avanço para o Serviço Social onde o mercado de trabalho começa a ampliar devido à criação de duas importantes instituições a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No entanto o Serviço Social ainda possuía uma visão conservadora em que o discurso moral se fazia presente em suas intervenções, culpabilizando os sujeitos. É neste momento em que se tem uma aproximação com a política de educação, através das escolas de educação básica. Nesse contexto, ao retomar esse processo histórico, Iamamoto e Carvalho (2011, p.279) refere que o profissional assistente social ao desenvolver seu trabalho atua:

[...] através de um núcleo montado em cada escola, coordenará os encaminhamentos a entidades externas para regularização da “vida civil e profissional”; o *tratamento social* dos alunos, seja em grupo (jornadas sociais, orientação familiar e sindical, cinema, teatro etc.), seja individual (readaptação profissional e higiene mental); recreação extra-classe; encaminhamentos ao equipamento social da instituição para atendimentos médico-dentários e alimentação supletiva; organização de “caixas sociais” e de “associação de alunos.

É neste contexto que vai ser pautado o trabalho do Serviço Social neste período, e também enquanto trabalho institucional esta é uma das primeiras aproximações que se tem entre Serviço Social e escola.

Outro avanço importante na trajetória histórica da profissão se deu em 1946 quando surge a Fundação Leão XIII, a qual traz a educação como uma das principais bases para a atuação do Serviço Social.

“Para o Serviço Social da Fundação Leão XIII, o “problema da favela” será o problema da educação [...] através da qual a totalidade dos problemas sociais se reduz à questão da educação, do capital cultural, que em muito lhe serve de divisor de águas com o proletariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.301).

Neste momento utilizava-se a Educação Popular que tem como função principal atender todas as classes sociais sem qualquer forma de discriminação e exclusão. No entanto, ainda neste período a educação baseava-se em valores morais e reguladores da sociedade.

Na década de 1960 os assistentes sociais começam a identificar algumas fragilidades no que diz respeito às ações profissionais, manifestando uma insatisfação. É neste momento que se tem mais um marco histórico na profissão, pois a partir destas inquietações emerge o Movimento de Reconceituação. De acordo com Iamamoto (2009, p. 205):

O Movimento de Reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo.

É neste contexto que a categoria busca o rompimento com o Serviço Social tradicional, visando mudanças que venham ao encontro de respostas às necessidades da classe trabalhadora, com a perspectiva de trabalhar com viés emancipatório dos sujeitos na coletividade.

Neste processo de mudanças e avanços para o Serviço Social tem-se na década de 1990 marcos significativo, em sua trajetória, pois é criada a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993 e as novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (ABEPSS), que juntos compõem o direcionamento profissional do Projeto Ético-político profissional. O Projeto Ético Político é um dos avanços da categoria profissional e sintetiza o norte da ação profissional e o direcionamento da categoria profissional até os dias atuais.

Com base nesse contexto em que o Serviço Social insere-se a sociedade com muitos desafios, avanços necessários, provocando mudanças sociais. O Serviço Social, com base no direcionamento social da profissão, passa a buscar e defender uma concepção de educação cidadã a qual visa à autonomia dos sujeitos e suas potencialidades preocupando-se com a forma como a educação enquanto direito é tratada e na defesa da educação com vistas à cidadania, preconizado no estado democrático de direitos.

O profissional de Serviço Social é aquele que deve ser dotado de postura crítica e interventiva em suas ações, pois o mesmo trabalha com políticas públicas, onde o qual não pode ser apenas executivo e sim propositivo em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional em que esteja inserido.

O Serviço Social diante do Projeto Ético Político de sua profissão é pautado em três dimensões as quais são denominadas teórico metodológico, técnico operativo e ético político que dá o direcionamento da profissão. Nesse contexto é envolvido um conjunto de elementos tais como os valores que a legitimam a profissão, sua função social e seus objetivos, junto com os conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas.

Nesta perspectiva o Serviço Social enquanto profissão tem o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, em busca dos direitos e garantias individuais e sociais. É neste sentido que se dá a relação entre a Educação e o Serviço Social, pois a educação é um direito social, onde todo e qualquer cidadão tem direito ao acesso, e para isso o Serviço Social enquanto profissão vem a contribuir para que este possa ser acessado com qualidade conforme está previsto em lei.

Conforme está posto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a educação se constitui como um direito fundamental e de natureza social. É importante ressaltar também que a educação é de suma importância no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, pois segundo o artigo 12 da Constituição Federal de 1988 o mesmo prescreve que:

os Estados-partes no presente Pacto [...] concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e no sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 1998).

É neste sentido que se deve buscar pelo acesso a educação de qualidade, partindo do pressuposto que toda e qualquer pessoa deve ser reconhecida como sujeito de direito, e a partir disso é preciso construir meios e estratégias para que estas possam ter condições mínimas para tal acesso como está previsto em lei. Nesta perspectiva o Serviço Social enquanto profissão que busca pela efetivação de direitos, este se torna fundamental na busca por estratégias e construção de condições para a materialização de tal direito.

Historicamente a presença do Serviço Social na área da educação não é recente, e sua origem remonta desde os anos iniciais da profissão, desde o surgimento dos processos sócio- históricos constitutivos da profissão. No entanto seu reconhecimento neste espaço ainda se dá por meio de processos que vão ocorrendo gradativamente com avanços e conquistas da categoria profissional.

A escola é mais um espaço onde se constitui relações sociais, em que seu contexto é permeado por um conjunto de sujeitos que possuem realidades sociais diferentes, sendo assim a soma desse conjunto se materializa na comunidade escolar. Contudo reconhecendo a escola como o ambiente que carrega consigo o importante papel de proporcionar ao sujeito um ensino de qualidade, se faz necessário que a mesma esteja capacitada, e que disponha de condições mínimas para que a educação seja efetivada com qualidade.

Para isso é imprescindível que ela disponha de profissionais que estejam aptos para conhecer a realidade dos alunos e compreender seus processos históricos, juntamente com suas famílias e os que o cercam. Ela também é um espaço onde se encontram várias diversidades e complexidades presentes no cotidiano. Cada um possui uma história de vida, realidade social, valores, dificuldades e potencialidades diferentes.

A escola também é um espaço onde se encontram os mais diversos problemas de ordem social, de acordo com Amaro esta possui

[...] Relações familiares precarizadas, pais negligentes, desemprego, trabalho infantil, fome violência, drogas e multiformas de discriminações sociais passam a fazer parte do cotidiano da escola e alimentam as estatísticas da evasão escolar, marcando o início de uma história de exclusões. (AMARO, 2012, p.16).

Tendo como base esta identificação, torna-se possível reconhecer que é necessário que se tenha uma atenção especial para estes problemas que se apresentam no âmbito escolar, pois é preciso que se busque e crie estratégia de enfrentamento à essas questões. Segundo Amaro:

A negação da realidade concreta e das particularidades dos alunos, suas famílias e aspectos ideo-político-culturais que condicionam as relações sociais acabam por transformar situações cotidianas manejáveis em problemas ameaçadores, alimentando mitos, estereótipos e fantasmas relacionados à origem e formas de enfrentamento das situações; não raro penalizando indivíduos por seu envolvimento nessas questões, em lugar ajuda-los a vencer os obstáculos. (AMARO, 2012, p.16)

A partir da apreensão desta realidade é possível reconhecer a necessidade que se tem de um profissional que venha a contribuir no sentido de complementar e somar junto à equipe escolar para que se possam construir respostas eficazes e efetivas à estas demandas e necessidades sociais apresentadas no contexto escolar. O Serviço Social enquanto categoria profissional seria aquele capaz de disponibilizar qualificação técnica adequada para este trabalho, pois o mesmo possui uma formação voltada para atender e dar respostas à estas demandas e necessidades sociais que se encontram nos mais diversos espaços.

Ainda conforme Amaro

[...] na escola, o papel do assistente social consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas à efetivação do projeto da escola cidadã. (AMARO, 2012, p.17).

É neste contexto em que se reconhece a importância da inserção deste profissional neste espaço, pois torna-se evidente as suas contribuições desta profissão para o enfrentamento das contradições sociais e familiares presentes no cotidiano escolar.

Diante deste cenário é fundamental também que o profissional possa reconhecer o espaço em que está inserindo-se, pois segundo Almeida:

Sendo, então, a escola uma instituição social, no interior da qual vários projetos e propostas entram em disputa para organizar e dirigir o processo educativo, torna-se necessário "descobrir" quais seriam as funções específicas dos Assistentes Sociais no espaço escolar. É importante que o Assistente Social conheça o Projeto Político- Pedagógico (P.P.P.) da escola. Através do P.P.P., é possível captar os fundamentos, os princípios e os objetivos do processo educativo, mais especificamente, do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, há que se cuidar para que não haja justaposição de funções, pois as atividades didático- pedagógicas são atribuições específicas do corpo docente.(ALMEIDA, S.D, p.8).

É neste cenário que o profissional de Serviço Social encontra mais um espaço sócio ocupacional para sua inserção, e esta atuação deve estar pautada em seu projeto ético político profissional, que aponta o norte para a atuação profissional em todos os espaços de inserção. Este também deve estar articulado com os três

componentes que dão a base para a construção do projeto ético político, são eles: O Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

O profissional que está intrinsecamente pautado no projeto ético político profissional estará capacitado para atuar nos variados espaços em que a profissão possa se inserir e estando apto para trabalhar com as mais diversas expressões da questão social que se encontram nesses espaços.

Outro ponto relevante para a discussão da inserção do Serviço Social nas escolas é a forma como vai se dar esta inserção. De acordo com Almeida:

É de fundamental importância um amplo processo de mobilização da categoria profissional em torno deste tema, não só com o intuito de transformar expectativas em adesão, mas com o de instrumentalizar os assistentes sociais quanto ao significado político desta aproximação. Entendendo que o referido processo não diz respeito apenas ao âmbito do mercado de trabalho, mas ao conhecimento necessário sobre a educação, a política educacional e as possibilidades e demandas para a atuação dos assistentes sociais. Pode compor uma importante estratégia a organização de comissões de assistentes sociais que atuam, ou tenham proximidade e interesse nesta área, junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social. (ALMEIDA, 2004, p. 51).

É no contexto do espaço escolar, marcado pelos conflitos naturais de uma instituição social, como a escola, que deve ser garantida a inserção dos assistentes sociais e suas contribuições. Nessa perspectiva se impõe construir ações profissionais para fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades como gênero humano.

Reconhecer a educação como um direito social e a escola como um espaço que possui uma função social no que diz respeito ao acesso a este direito, é também reconhecer que o Serviço Social vem como uma forma de contribuir para a efetivação de direitos a partir da realidade social da comunidade escolar.

3.2 Educação cidadã: Perspectivas para o Serviço Social

Diante do cenário em que a escola está inserida permeada de inúmeras diferenças, é necessário buscar uma educação que não seja seletiva, excludente, e que respeite as diferenças. Nesta perspectiva o trabalho do Serviço Social no âmbito escolar vem a contribuir, considerando que o projeto profissional, a partir do Código de Ética Profissional, apresenta dois princípios fundamentais que articulam-se diretamente com a política de educação. São estes “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física” (CFESS, 1993).

Com base nestes princípios é possível visualizar sua relação com a política de educação, pois a escola é o lugar onde os sujeitos que ali estão inseridos fazem parte de variados grupos sociais e diferentes modos e condições de vida. É neste sentido que emerge a necessidade de buscar e defender uma concepção de educação cidadã, a qual contempla os princípios éticos citados acima.

A educação cidadã é a concepção de educação que o profissional de Serviço Social, em conformidade com a matriz teórica hegemônica da profissão tende a defender. Isso ocorre pelo fato dessa educação ter como características principais a presença da democracia nos espaços escolares, o apoio e incentivo ao livre pensar, o respeito às diferenças presentes no âmbito escolar, à liberdade como princípio de manifestação dos sujeitos, entre outros, as quais estão inteiramente associados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O trabalho do Serviço Social no âmbito escolar está vinculado à defesa e garantia para que os sujeitos possam ter acesso e permanência a uma educação de qualidade que possibilite reflexão, formação crítica e oportunidades de transformação social. O Serviço Social enquanto profissão essencialmente interventiva busca por uma nova ordem societária, defendendo uma educação que valorize e respeite as particularidades dos sujeitos, sendo essa denominada educação cidadã.

Segundo Amaro (2012, p. 104), na particularidade do Serviço Social, “o alicerce da ação profissional na escola contemporânea é, e sempre será, a

educação do cidadão”. Este profissional pode contribuir para a efetivação do acesso ao direito universal que é a educação, fazendo uma interlocução deste com a família, o seu entorno social e a comunidade escolar, pois ele é o profissional que detém competências e habilidades para apreender as relações complexas que se estabelecem no âmbito escolar como, por exemplo, a homofobia, discriminação, desigualdade, o bullying, superdotação, gravidez na adolescência, e dentre outros.

Outro ponto importante que também vai ao encontro com a política de educação é o projeto ético-político que “pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos sujeitos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano” (CFESS, 2013, p.33). O Projeto Ético Político que direciona a categoria profissional tem como base três pilares: O Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Neste sentido é com base nele que a atuação dos assistentes sociais deve estar pautada.

Na busca por uma educação cidadã, é necessário que a escola possa ser um lugar que proporcione aos sujeitos debater problemas, ensinar a pensar, realizar análises por meio de discussões que envolvam diferentes pontos de vista, com intuito de pensar em estratégias coletivas.

Também é preciso que se faça presente na escola à democracia e o respeito às diferenças entre os sujeitos. Ressalta-se aqui valorização da democracia na busca por uma educação cidadã, pois esta permite a ampliação da participação da comunidade escolar nas decisões que envolvem o rumo da educação na perspectiva de uma educação emancipatória. No entanto para que isso ocorra é preciso que a escola tenha subsídios necessários para garantir uma educação plural, de qualidade e universal conforme está prevista na Constituição.

A escola é um elemento fundamental no processo de transformação da sociedade, mas para que isso seja possível antes é necessário que a mesma passe por algumas transformações. A educação é um dos meios que o homem possui para alcançar a transformação social e para que isso aconteça é preciso que o mesmo perceba que:

[...] Conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao

contrário, está baseada na relação consciência- mundo [...] (FREIRE, 1979, p. 15).

Nesta perspectiva para que se possa trabalhar em prol da transformação da realidade é necessário que o educador tenha consciência crítica libertando-se da educação voltada à ideologia do saber restrito da ordem vigente. A educação deve contribuir para a transformação social e não alienar a sociedade, mascarando a realidade que se apresenta.

O Serviço Social, assim como a educação cidadã, também trabalha sob a perspectiva da emancipação dos sujeitos, valorizando suas ideias, suas particularidades, preservando seus processos histórico-sociais, trazendo a democracia como elemento fundamental e transformador. A educação cidadã vai ao encontro do Serviço Social no momento em que se propõe tornar a escola a um espaço articulador e formador de sujeitos, visando a emancipação.

Considerando a relevância que se tem uma educação plena e de qualidade e que há também muitos desafios para que esta seja efetivada, é válido ressaltar que o Serviço Social enquanto profissão tem o compromisso com a população no que se refere à busca por esta efetivação. Segundo o CFESS:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. (CFEES, 2012, p.16).

É neste contexto que se dá a relação entre a Educação e o Serviço Social, pois o mesmo trabalha para desconstruir a lógica de que a educação seja apenas uma forma de contribuir para a reprodução da riqueza social, onde o sujeito tem acesso à educação somente para trabalhar em prol das necessidades e demandas do capital. A educação deve ter como finalidade permitir que o sujeito tenha uma inserção na sociedade de forma plena, onde através dela possa ser garantido uma vida minimamente digna.

Enquanto categoria o Serviço Social tem a concepção de educação no viés emancipador, que vai ao encontro das reflexões de Paulo Freire, o principal idealizador de uma educação que visa à conscientização do analfabeto, da libertação do “oprimido que hospeda o opressor” por meio de cultura popular. Este teve sua vida devotada a construção de uma educação libertadora capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do capitalismo.

“Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética. Propõe uma Pedagogia dialógica na qual parte da problematização da realidade dos educandos para a finalidade de intervenção no mundo”. (FREIRE apud MACIEL, 2011 p. 338).

Neste sentido, a educação libertadora com viés emancipatório tem como objetivo desenvolver a consciência crítica nos sujeitos, onde seja possível de compreender a realidade social na qual estão inseridos, evitando a possível opressão.

Uma educação emancipatória, para a autonomia requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, durante toda vida dos indivíduos, sendo de suma importância a consistência do trabalho educativo numa perspectiva de democracia. (FREIRE, 1967).

Na direção da insurgência frente à dominação sob o capital, uma educação emancipadora exige a articulação com as diferentes dimensões da vida social como constitutivas de experiências de sociabilidade humana fundadas na igualdade e liberdade substantivas e que possibilitem o acesso, a garantia e a ampliação aos direitos sociais. (CFESS, 2012, p. 247).

De acordo com as reflexões presentes no documento elaborado pelo CFESS, este aponta que:

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais

também. Por esta razão, uma educação de caráter emancipador, ao mesmo tempo em que não prescinde da educação escolarizada, não se limita de forma alguma à mesma. (CFESS, 2012 p. 18,19).

Partindo do pressuposto que o Serviço Social enquanto categoria tem como concepção de educação uma educação com viés emancipatório, é neste sentido que o projeto político da profissão está comprometido com a construção de uma nova ordem social. Esta pode ser caracterizada como uma mudança que a categoria procura articulada com o seu projeto ético político profissional, visando à ruptura com a dominação de classes, com as desigualdades e explorações existentes no modo de produção capitalista, buscando a emancipação humana dos sujeitos.

Assim reconhecendo a educação como um direito, o Serviço Social traz em seu código de ética a universalização como um de seus princípios juntamente com equidade, onde através dela busca-se que toda e qualquer pessoa possa ter acesso aos direitos sociais e políticos. Neste sentido o acesso à educação de qualidade tona-se uma das lutas do Serviço Social enquanto categoria, no intuito de buscar melhoria de vida dos sujeitos, do conjunto da sociedade.

3. 3 Trabalho do Serviço Social: Processo de trabalho e competências profissionais

O Serviço Social enquanto profissão deve estar sempre buscando por uma capacitação permanente dos profissionais à luz dos princípios do Código de Ética profissional, como forma de direcionamento do exercício profissional, reafirmando o projeto ético-político, para reafirmar, também, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e a busca permanente de um projeto com viés crítico - propositivo para o pensar e o agir do Assistente Social, indo ao encontro da transformação social desejada pela categoria profissional e sinalizando para a construção de uma nova ordem societária, na busca por uma sociedade mais justa, com universalização dos direitos e realmente democrática. De acordo com Sousa

[...] o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz

possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social – ou chegar o mais próximo possível.[...](SOUSA, 2008, p.124):

Assim, os profissionais são desafiados cotidianamente a lidar com as mais variadas expressões da questão social, o que requer competência nas dimensões ético-política e teórico-metodológica e uma minuciosa leitura das condições de vida da população usuária do serviço social.

O Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão do trabalho requer do profissional mais do que uma dimensão técnica e competência profissional, é preciso que tenha um conhecimento crítico da realidade social e que seja propositivo em suas ações. Além disso, conforme aponta SOUSA (2008, p. 121-122) deve ser de domínio do Assistente Social três dimensões:

Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular.

Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;

Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social.

É com base nestas competências que deve estar pautado o trabalho do Serviço Social na política de educação básica. Considerando que o Serviço Social é uma profissão que foi requisitada para dar respostas ao enfrentamento da questão social que se agravou com o desenvolvimento do capitalismo, através da execução de políticas sociais implementadas pelo Estado.

É no âmbito escolar que se apresentam as mais diversas expressões de desigualdade e as múltiplas manifestações da questão social. Então encontra-se como tarefa para o Serviço Social trabalhar na política de educação básica como um profissional que venha contribuir e somar junto a esse espaço, requisitando deste, pensar uma política de educação em sua dinâmica e estrutura.

O trabalho do Serviço Social na educação básica irá centrar-se na permanência, com qualidade, do aluno na escola. Também é preciso que o profissional tenha clareza que sozinho ele não dará conta de dar respostas a todas as demandas e fragilidades apresentadas nesse espaço, será necessário que este esteja articulado com os demais profissionais que compõe a equipe deste local. Outro ponto importante para a atuação do Serviço Social na educação básica é a interlocução entre família, escola e comunidade, procurando aproximar a família da escola, entendendo que esta desenvolve um papel fundamental para o desenvolvimento educacional do aluno.

A inserção do Serviço Social no âmbito escolar vai beneficiar além da escola como, a política de educação como um todo, pois suas ações serão sempre voltadas para o crescimento e valorização dos sujeitos. Sujeitos esses que criarão e recriarão sua história e a da sociedade, decidindo seus rumos. Por meio da apropriação do Projeto Ético-Político, os assistentes sociais vêm lutando por uma educação crítica, democrática, reflexiva e de qualidade, nomeada educação cidadã.

Essa concepção de educação vai ao encontro da formação de sujeitos que possam se tornar autores de sua própria história, da mesma forma que possibilita que esses se reconheçam enquanto sujeitos de direitos. Essa educação, para a sua efetivação, depende do entorno social em que está inserida. Por isso a necessidade de uma sólida formação profissional, com rigoroso trato teórico-metodológico, para se ter intervenções profissionais que legitimem seu caráter crítico e interventivo, ao encontro da direção social do Serviço Social.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS: A inserção necessária do Serviço Social na Educação Básica

Esse capítulo tem por objetivo apresentar a análise da pesquisa que envolve o trabalho do Serviço Social na educação básica. Nesta perspectiva, buscou-se explicar a intervenção do Serviço Social no âmbito da educação básica, apresentando suas contribuições e desafios que se apresentam no cotidiano desta política, com base em referencial teórico já construído e documentos da categoria profissional do Serviço Social para a área da educação básica. Neste sentido, a pesquisa teve como intuito contribuir para a ampliação do conhecimento neste campo, buscando apreender as articulações, intervenções e contradições presentes na política pública de educação básica.

A análise dos dados da pesquisa se deu por meio da análise de conteúdo, onde os resultados obtidos foram submetidos à descrição qualitativa. Desta forma a análise da pesquisa parte das seguintes categorias explicativas da realidade com vistas a alcançar os objetivos que foram propostos: educação básica, trabalho e concepção de educação pela categoria profissional. A análise parte inicialmente da categoria educação básica a partir de processos históricos e lutas sociais.

4.1 Educação Básica

A educação básica é referenciada pela Constituição Federal como um direito social. No entanto este para ser alcançado é somente por meio de lutas sociais, através de ações dos movimentos sociais, em sua perspectiva plural e na sua interface com outras políticas públicas.

Sendo assim, a educação escolar brasileira é uma política social universalizada que se construiu e se constrói em conjunto com os movimentos sociais. Neste espaço se apresentam inúmeras expressões da questão social, sendo estas o objeto de intervenção do Serviço Social. A pesquisa apontou a necessidade de profissionais capacitados que possam intervir nessa realidade a partir da inserção direta na educação básica, entendendo que a escola é um lugar onde se dedica à vivência do ensinar e do aprender a partir das relações estabelecidas no conjunto dos diversos aspectos que envolvem a vida escolar. Dessa forma, a escola “[...]”

tornou-se ponto de encontro, de convivência social, um palco potencial à fecundação da cidadania” (AMARO, 2012, p.15).

A pesquisa apontou que o âmbito escolar não é só um espaço de ensino e aprendizagem, é também um lugar onde são expressas dificuldades diversas decorrentes de inúmeras expressões de desigualdades sociais latentes no cotidiano escolar, tais como: violência intra e extra muros da comunidade escolar; dificuldades para acessar e permanecer na escola; dificuldades de absorver por parte dos alunos o ensino e de transmitir esse ensino por parte dos professores; dificuldades financeiras (estrutura física, econômica, etc.) tanto da escola quanto dos envolvidos com a mesma. Com base nisso é importante ressaltar aqui que:

Embora a educação seja declarada legalmente como direito humano prioritário inalienável e de obrigação do Estado, ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação público privado. Com isso sua qualidade e efetivação atendem aos interesses do mercado e impõe desafios na conquista da cidadania. (PIANA, 2009, p. 191).

De acordo com a análise realizada, na educação básica o Serviço Social tem o objetivo de contribuir para o enfrentamento das diversas expressões da questão social que se apresentam no âmbito escolar, estreitando as particularidades que se apresentam nesse contexto com as políticas sociais de direito. Neste sentido, observa-se que

[...] a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribuem para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos. (CFESS, 2011, p. 38).

A pesquisa pontou ainda que o espaço escolar se apresenta como um campo cheio de contradições e conflitos sociais, tendo a necessidade de profissionais que intervenham de forma efetiva, buscando transformar essa realidade. Neste sentido o Serviço Social insere-se com vistas a contribuir para a:

[...] Ampliação do conceito de educação hoje, das instituições de ensino que recebem desde a criança até a terceira idade para os ensinamentos convencionais e obrigatórios, das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais relacionado às mudanças da sociedade ampliando a temática da educação escolarizada como: discussões sobre a cidadania, a ética, o trabalho, a sexualidade, as drogas, a violência, o lazer, a adolescência. Temas esses que vem fazendo parte do trabalho dos assistentes sociais que atuam e elaboram os mais diferentes programas e projetos institucionais. Essa realidade expressa os limites e os desafios da

escola e dos profissionais da educação em trabalhar efetivamente com esses temas. (PIANA, 2009, p.151-152).

A partir do reconhecimento da necessidade de intervenção do Serviço Social na educação básica, esta profissão irá trabalhar na perspectiva de garantia de direitos, por uma educação regular que seja inclusiva para todos os alunos que recebem atendimento, eliminando as barreiras físicas e morais do processo excludentes. Segundo Amaro:

[...] O Assistente Social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais dado sua permeabilidade as questões globais e aos enfrentamentos particulares da vida social dos sujeitos que neles convivem. (AMARO, 2012, p. 102).

O Serviço Social, assim como em outros espaços sócio-ocupacionais, na educação básica vai trabalhar na óptica da garantia dos direitos, no entanto terá um enfoque para a questão da escola e suas relações diretas entre aluno, família e comunidade. Buscando a permanência desses alunos na escola e visando a qualidade de ensino e das relações estabelecidas dentro do cotidiano escolar. Trabalhando sob a perspectiva da participação de todos os segmentos da escola que vão desde os professores até os pais dos alunos.

Nesta perspectiva, com base na análise dos documentos da categoria profissional e bibliografia já produzida nesta área, identifica-se que o Serviço Social insere-se nesse espaço com vistas a contribuir para a efetivação e transformação da realidade no âmbito da educação básica.

Ressaltando que enquanto profissional tem em seu Código de Ética/1993 e Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993 o amparo legal para intervir e propor mudanças nesse espaço, orientando, defendendo e fiscalizando as políticas sociais, com o objetivo de promover a autonomia e a emancipação política e social dos sujeitos que fazem parte deste espaço. Com base nisso, apresenta-se no próximo item a categoria trabalho a partir da concepção que o próprio Serviço Social tem a respeito da mesma.

4.2 Trabalho

O trabalho na perspectiva marxiana é a categoria fundante do ser social, considerado central no processo de humanização do homem, e é por meio dele que se desenvolvem as relações sociais. Através do trabalho o homem também transforma a si mesmo, e como resultado desse processo de trabalho tem-se a transformação da realidade.

Entretanto, o modo de produção capitalista, apresenta no mundo do trabalho, algumas mutações significativas visibilizando a exploração do homem pelo homem. Junto com o crescimento econômico, o trabalho se torna cada vez mais precarizado, resultando em exploração daqueles que trabalham, intensificando a acumulação de capital, e concentração de riqueza nas mãos de poucos. Segundo ANTUNES & ALVES:

[...] para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário". (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

O trabalho se configura dentro do modo de produção capitalista – onde neste também se encontram as profissões, o Serviço Social é uma delas, inserido na divisão sociotécnica do trabalho que enquanto profissão sofre os rebatimentos do mundo do trabalho.

O Serviço Social a partir da década de 1980 passa a ser compreendido como “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade.” (IAMAMOTO, 2015, p. 22). Inserido neste contexto, é regulamentado como profissão liberal, tendo assim, o assistente social, uma “relativa autonomia” (IAMAMOTO, 2015) em sua intervenção profissional, limitada pelas instituições empregadoras que compram sua força de trabalho em troca de um salário, detentoras dos meios e instrumentos necessários para a realização de sua prática.

Sendo assim, o assistente social é um trabalhador assalariado requisitado tanto em instituições públicas quanto privadas, inserido na divisão social e técnica

do trabalho, integrante no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista neoliberal (IAMAMOTO, 2015).

Nesse sentido, a intervenção profissional é uma relação complexa, permeada de conflitos e contradições, desenvolvendo-se em um espaço social delimitado, tendo em vista que o assistente social realiza mediações através de sua ação profissional entre capital/trabalho, atendendo a diferentes interesses. Cabe ao Serviço Social buscar desenvolver ações que possibilitem a criação e ampliação de oportunidades para a população inserir-se democraticamente em debates públicos, procurando contribuir com a qualificação dessa participação através da capacitação política e formação da cidadania dos sujeitos.

A análise realizada em artigos e documentos da categoria profissional do Serviço Social, aponta que no que se refere à categoria trabalho do Serviço Social na área da educação, esse marco se dá “[...] a partir década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação” (CFESS, 2011, p. 5).

Apointa ainda que neste espaço sócio-ocupacional a intervenção ocorreu em diferentes espaços de tempo entre os Estados, onde foram estruturados com base nas suas particularidades e realidades, movimentados pelo CFESS-CRESS de cada ente federativo. Com isso, no “[...] 30º Encontro Nacional do Conjunto CEFESS-CRESS 2001, pela primeira vez a categoria realizou proposições de âmbito nacional” (CFESS, 2011, p. 5).

Identificou-se na análise que neste encontro foi problematizado a “[...] Função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a Assistente Social” (CFESS, 2011, p. 5). É com base nas discussões sintetizadas neste documento que se tem pela primeira vez a discussão formal a respeito da atuação do Assistente Social na escola de forma nacional, fazendo referencia as particularidades e realidade de cada Estado e seus municípios.

A partir das discussões realizadas neste documento, destacam-se aqui os elementos do trabalho do Serviço Social que foram identificados na pesquisa bibliográfica e documental, as quais são fundamentais e que de fato podem contribuir no âmbito da educação básica, pois o Serviço Social inserido neste espaço busca a garantia do direito a educação com qualidade na prestação dos

serviços desta política, trabalhando também junto a outros fatores que fazem parte da realidade social, política, econômica e cultural e que nem sempre são identificados no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam à margem das políticas educacionais.

Os diferentes documentos apontam que dentre esses elementos referentes ao trabalho do serviço social na área da educação básica destacam-se as dimensões das competências profissionais do Serviço Social. Essas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva. A intervenção profissional do assistente social é constituída por diferentes dimensões, dentre elas, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, todas elas fazem parte de um conjunto que compõe o projeto ético político da profissão o qual dá o direcionamento para a intervenção profissional.

No que se refere às competências, o Serviço Social vem a contribuir no âmbito da educação básica no momento em que se reconhece como competência deste profissional a atitude investigativa, pois através delas podem ser apreendidas as diversas demandas sociais.

Algumas demandas expressivas, que aparecem na produção de diversos autores e que se colocam como umas necessidades de intervenção prática deste espaço destacam-se entre outras: situações de violência, negligência, bullying, fragilidade e/ou rompimento de vínculos dentre outras realidades sociais, que muitas vezes não são identificadas pelos outros profissionais que fazem parte do âmbito escolar e quando são identificadas não são aprofundadas pelos profissionais que compõe o dia a dia da escola, mas que o Serviço Social apresenta-se como uma profissão que tem condições de atuar nesta realidade como mediador entre escola, família e comunidade por ter em seu objeto de atuação as manifestações da questão social. Nesta perspectiva, Sousa argumenta que o

assistente social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho: na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre a mesma realidade. (SOUSA, 2008 p.122).

A análise do material pesquisado aponta que o trabalho do Serviço social na área da educação coloca aos profissionais

[...] o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital. (CFESS, 2011, p.25).

Partindo desta reflexão torna-se claro que, a construção de uma intervenção qualificada dos profissionais na área da educação, é imprescindível para dar respostas aos anseios e carências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Para que isso ocorra o Serviço Social dispõe de instrumentos de trabalho que permitem a realização da ação profissional com qualidade necessária para transformar a realidade social no âmbito escolar.

Outro aspecto que aparece no referencial estudado, é que:

[...] o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social – ou chegar o mais próximo possível. (SOUSA, 2008, p 124).

No rol desses instrumentos de trabalho a partir da análise realizada, encontram-se a linguagem, onde através dela se estabelece uma das primeiras aproximações com o usuário, utilizada para estabelecer relação com a população atendida no âmbito escolar. Outro instrumento de trabalho aqui identificado é a observação participante a qual é utilizada para a realização do conhecimento da realidade.

Também são reconhecidas como instrumento de trabalho as entrevistas individuais ou grupais, esta se caracteriza como um dialogo que o Serviço Social enquanto profissional integrante do âmbito escolar pode utilizar-se para trabalhar com os usuários da política de educação básica quanto com os colegas de equipe, para identificar as demandas sociais presentes e trabalhar a partir delas.

Neste rol também está incluído a dinâmica de grupo, onde o profissional inserido no contexto da educação básica pode possibilitar aos usuários uma reflexão e interação com os demais integrantes desta política. A reunião também faz parte dos instrumentos de trabalho do Serviço Social, através dela o profissional junto à

equipe constitutiva desta política podem realizar discussões e decisões coletivamente com a comunidade escolar.

A mobilização de comunidades também se configura como instrumento de trabalho e através dela o Serviço Social no âmbito da educação básica irá contribuir no sentido de mobilizar a comunidade escolar em prol de interesses comuns como a melhoria desta política, ampliação bem como a efetivação da mesma.

Destacam-se aqui também outros dois instrumentos, as visitas domiciliares e institucionais realizadas pelo Serviço Social as quais são de suma importância, pois possibilitam conhecer as condições e modo de vida dos usuários desta política, estabelecendo contato com a sua realidade cotidiana, onde ela constitui suas relações. Ela permite conhecer e analisar as condições de vida e de existência do usuário e de sua família.

Ressalta-se também o parecer social que é imprescindível no que se refere aos instrumentos de trabalho do Serviço Social, pois este é uma organização de informações coletadas a partir do conhecimento da realidade e seus conhecimentos teóricos que resultaram em uma análise fundamentada, para emitir uma opinião e produzir conhecimento sobre determinada realidade, baseada numa perspectiva de análise teórica.

Estes são alguns dos instrumentos de trabalho do Serviço Social identificados que contribuem para a qualificação do atendimento da população usuária da política de educação básica, e que respondem às necessidades profissionais a partir de diferentes contextos e realidades sociais. Através desses instrumentos apontados é que o Serviço Social na educação básica se embasará para dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais, buscando viabilizar os direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação destes direitos.

Outro aspecto do Serviço Social destacado a partir desta análise que vem para somar com a educação básica, é o trabalho interdisciplinar, onde este tem o intuito de realizar uma breve análise da sociologia das profissões, da política social e institucional, procurando romper com reducionismos, levando em conta o espaço de complementação de saberes entre os profissionais que fazem parte da política de educação básica, realizando interlocuções para buscar melhores estratégias de intervenção as demandas no âmbito escolar. Segundo PRATES:

[...] reconhecemos que nenhuma área pode sozinha, dar conta da complexidade destes fenômenos e, apesar de ainda as áreas do saber estarem estruturalmente fragmentadas, caminhamos para a unidade na interdisciplinaridade. Isso não significa, em hipótese alguma, que as áreas percam sua identidade ou não tenham suas particularidades, mas sim que reconheçam a unidade dos sujeitos, dos fenômenos, da sociedade, que não podem ser tratados de forma efetiva, a não ser como totalidades, como unidades dialéticas. Portanto, quanto mais alongado este olhar que os desvenda e planejados de modo integrado os processos interventivos, que, ressalte-se, não podem prescindir da participação concreta dos sujeitos usuários, maior alcance social e efetividade, sem dúvida, lograrão. (PRATES, 2007, p. 222)

No campo da educação básica, é de suma importância que os profissionais que constituem o quadro técnico profissional do âmbito escolar estejam dispostos a realizar um trabalho interdisciplinar, partindo do pressuposto que este é fundamental para os processos de desvendamento da realidade. Para Amaro:

Interdisciplinarmente condicionado, o assistente social se insere na educação munido de sua capacidade de abordar tanto as diversas situações sociais excludentes que movimentam a escola, como os processos de resgate e fortalecimento da cidadania requerida. (AMARO, 2012, p. 105).

Neste sentido, o Serviço Social inserido na política de educação básica, enquanto um profissional que tem seu processo de formação a capacitação para trabalhar na identificação das expressões da questão social que se manifestam no âmbito escolar, e com isso, junto com outros profissionais da área refletir e propor possibilidades de enfrentamento dessas disparidades sociais que interferem no ambiente escolar. Sendo assim o Assistente Social:

[...] Como coparticipante do processo de transformação, deverá contribuir, por meio de uma práxis educativa e transformadora, para a construção de sujeitos históricos respeitados e valorizados como seres humanos livres capazes de pensar, agir, decidir, optar e, nessa perspectiva dialética, transformar a realidade e por ela ser transformado. [...] O exercício profissional da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. (PIANA, 2009, p.101)

Desta forma, o Assistente Social inserido na política de educação se constrói como trabalhador, sendo um profissional que tem sua formação voltada para o enfrentamento das expressões da questão social, elaborando diagnósticos

qualificados que dão suporte teórico e prático para a intervenção profissional, visando desvendamento da realidade para além do aparente. Inserido na política de educação básica, intervindo juntamente com outros profissionais que a compõem, o Serviço Social é desafiado a trabalhar nas contradições impostas pelo capital que são determinantes para o surgimento das expressões da questão social no ambiente que envolve o contexto escolar. Dessa forma, o Serviço Social aponta indiretamente uma perspectiva de educação cidadã, próximo item de análise.

4.3 Educação Cidadã

O Serviço Social é uma profissão interventiva que objetiva um novo modelo societário, e age em conformidade com o seu Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, documentos estes que compõem o projeto ético-político da categoria profissional que busca a defesa de uma educação que valorize e respeite as particularidades de cada sujeito inseridos no âmbito escolar, sendo esta denominada educação cidadã.

Com base na análise realizada a partir dos documentos que dão subsídios para a intervenção profissional, defende-se a ideia de que a escola possa ser um espaço que ensine a compartilhar e respeitar o outro, de modo que a inserção dos sujeitos tenha como característica principal a democracia e o respeito às diferenças.

Entretanto, isso só será possível se a escola tiver o apoio necessário para que isso aconteça, garantindo assim, a educação plural, de qualidade e universal que está prevista na Constituição saia, efetivamente, do papel. Partindo do pressuposto que o Serviço Social é uma categoria profissional que busca a viabilização dos direitos dos sujeitos bem como a ampliação destes, esta categoria profissional tem um papel fundamental para a efetivação deste direito para que o mesmo possa sair do papel e se efetivar de fato.

Com base nisso, também é importante destacar aqui que a educação, enquanto direito social, vem sendo ameaçada pelos rebatimentos do ideário neoliberal instaurado desde a década de 1990, no Brasil. Assim a educação cidadã apresenta-se como uma “alternativa” a essa educação conservadora que é apresentada neste contexto. Azevedo afirma que:

O Projeto Escola Cidadã não se pretende original quanto às suas vertentes políticas, sociais e culturais. Ele é o produto histórico da construção social das lutas pela afirmação democrática do direito à educação pública de qualidade. Educadores e educandos afirmaram seus princípios, refletiram suas práticas nas academias, nos sindicatos e nos diversos movimentos sociais. Foi a articulação das experiências democráticas, dos fazeres pedagógicos alternativos que fertilizaram o campo progressista em décadas de lutas que semearam e acalentaram o sonho embrionário de uma educação emancipadora, associada a um projeto sociocultural voltado à formação de sujeitos históricos capazes de, conscientemente, produzir e transformar sua existência. (AZEVEDO, 2005, p. 89)

A pesquisa aponta que a educação cidadã e mais precisamente a escola e seu universo com toda simbologia que a representa, nesse contexto, tem papel fundamental enquanto espaço articulador de ideias e formador dos sujeitos. Dessa forma, estabelece relação com a direção social do Serviço Social, por meio de sua matriz teórico-metodológica hegemônica e do Projeto Ético-político, ao mostrar que a categoria profissional através de seus órgãos representativos, preocupa-se com a atual conjuntura da educação, e vai ao encontro da defesa de uma escola emancipadora e democrática.

Conforme a análise desta pesquisa, considerando o Projeto Ético Político do Serviço Social que tem um direcionamento que visa à diminuição das desigualdades sociais e luta pela ampliação da justiça social, tem-se a perspectiva de uma proposta de educação que seja de contribuição para a cidadania do cidadão brasileiro, através da educação.

O quadro a seguir demonstra no processo de análise a posição do Serviço Social como defesa intransigente de uma educação cidadã, embora por vezes se tenha encontrado também posturas ainda voltadas para a educação tradicional.

<p>Educação cidadã</p>	<p>“[...] a proposta emancipatória, que defendemos aqui como pressuposto norteador, busca o conhecimento da realidade através de sua análise e de sua crítica, visando transformá-la. A mesma proposta tem um cunho político pedagógico, com o objetivo de promover auto-desenvolvimento e liberdade, desencadeando em cada sujeito um</p>
-------------------------------	--

processo de auto descoberta e autossustentação criativa”. (AMARO, 2012, p. 107).

“[...] O compromisso principal do trabalho do Serviço Social educacional é levar, literalmente, os indivíduos a escreverem a sua “própria história”. Tudo começa com a criação de uma oportunidade para que possam gerar suas próprias problematizações, referências, e alternativas de ação transformadora no meio social onde vivem. Mas o importante é que esse caminho seja realmente calcado na autonomia do pensar e agir, ou seja, deve-se incentivar e patrocinar que as ideias e enfrentamentos emerjam da própria comunidade”. (idem, 2012, p. 107)

“[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia

dominante”. (FREIRE, 1996, p.61).

Uma educação para o desenvolvimento e para a democracia [...] haveria de ser a que oferecesse ao educando instrumentos com que resistisse aos poderes do “desenraizamento” de que a civilização industrial está amplamente armada. [...] Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa da sua problemática, da sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos do seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar [...] Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro (FREIRE, 1967, p. 97).

“[...] O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais”. (ABEPSS, 1996, p.5).

“ I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III.

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a

	<p>qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”. (CFESS, 1993, p. 23-24).</p>
<p>Educação conservadora</p>	<p>A escola torna-se um espaço de manutenção da ordem vigente, uma vez que executa a educação como transmissora de conteúdos, negando as discussões e reflexões que possam ameaçar aquilo que está posto ou a possibilidade de educação crítico-reflexiva, “o aluno perde o interesse diante das disciplinas que nada tem a ver com a sua vida, com as suas preocupações. Decora muitas vezes aquilo que precisa saber (de forma forçada) para prestar exames e concursos. Passadas as provas, tudo cai no esquecimento”. (GADOTTI, 1995, p.87)</p> <p>“Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de</p>

	trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital” (FRIGOTTO, 2010, p.28).
--	--

Quadro 2: Processo de análise a posição do Serviço Social como defesa intransigente de uma educação cidadã.

De acordo com a análise de um dos documentos denominado “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação” identificou-se que não há um consenso em torno da concepção que orienta o trabalho do/a assistente social no âmbito da educação. Segundo o questionário elaborado pelo Grupo de Trabalho da educação (GT de educação) “[...] a produção teórica referida pelos/as assistentes sociais que responderam aos questionários é reveladora de uma pluralidade peculiar ao campo educacional”. (CFESS, 2011, p. 38).

No entanto cabe destacar aqui nesta análise, que tem-se no Serviço Social o compromisso ético da necessidade de lutar por uma educação que contribua com o sujeito para a leitura do mundo e a interpretar o mesmo, para que assim possa se posicionar frente a esse mundo. Segundo Paulo Freire

[...] propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre o seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus (estes vários graus dentro do condicionamento histórico-cultural da intransitividade de consciência para a transitividade ingênua) de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância da sua humanização (FREIRE, 1967, p. 67).

Neste sentido é importante ressaltar que o Serviço Social traz em suas diretrizes curriculares uma formação com a adoção de uma teoria social crítica que possibilita a apreensão da totalidade social em suas dimensões de

universalidade, particularidade e singularidade. Com isso entende-se que o profissional de Serviço Social inserido na educação básica e enquanto categoria profissional busca por uma educação cidadã em seus diferentes processos de mediação neste espaço sócio ocupacional.

4.4 Mediação do Serviço Social: Escola, Família e Comunidade: Tripé de materialização da prática profissional

Neste último item do capítulo de análise da pesquisa, busca explicar aqui as contribuições da inserção do Serviço Social na Educação Básica, considerando os aspectos que contribuem para materialização do Projeto Ético Político identificados a partir da análise do material. Segundo Almeida a presença de Assistentes Sociais nas escolas

[...] expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, na quais o acesso aos direitos sociais é crucial (ALMEIDA, 2005, p. 6).

A inserção do Serviço Social na educação brasileira vem se construindo, como espaço de trabalho, proporcionando novas possibilidades de efetivação no processo de acesso a política e direitos dos sujeitos que compõe o ambiente escolar.

Defende-se a importância do trabalho do Serviço Social na educação básica no momento em que entende-se que este é um profissional que trabalha numa perspectiva de formação que os possibilitem interpretar as diferentes expressões da questão social que se apresentam no âmbito escolar, propondo de forma competente e crítica formas de enfrentamento das mesmas. Segundo o CFESS

[...] O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais. E as políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação. (CFESS, 2012, p. 27).

Com base nisso, o Serviço Social tem a questão social como sua “[...] centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, têm competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional” (AMARO, 2012, p.102).

Neste contexto a escola deve ser entendida como um espaço de contradições. Nesta perspectiva, a busca por estratégias de intervenção do Serviço Social se dá em diferentes ambientes e situações. O acesso à educação de qualidade não pode ser apreendido como o único condicionante para o desenvolvimento do aluno no que tange seu processo de construção de conhecimento.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa demonstra que o Serviço Social neste espaço também deve estar acompanhando o aluno e ter seu trabalho voltado para permanência deste aluno na escola, considerando que o assistente social é um profissional onde tem em sua formação, a capacidade de intervir nas dificuldades que se apresentam de diversas formas no âmbito escolar, como realizar mediação do aluno com a rede de proteção social. Segundo o CFESS a inserção de assistentes sociais na Política de Educação

[...] ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século. (CFESS, 2012, p. 37).

Identificou-se que o Serviço Social inserido na educação básica tem o objetivo de identificar as demandas presentes nas relações sociais que incluem o cotidiano do aluno e as suas relações existentes entre sociedade e família, partindo das

necessidades de garantir os direitos previstos constitucionalmente aos educandos. Entretanto é necessário ressaltar também que:

[...] poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/ as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc, muito embora estes fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam. (CFESS, 2012, p. 28).

Neste sentido o Serviço Social enquanto categoria profissional também tem a necessidade de buscar pela educação permanente acompanhando as mudanças propostas pela mundialização do capital, intervindo e contribuindo de forma efetiva e qualitativa neste âmbito escolar. Sendo assim, sua contribuição diz respeito a sua formação, intervindo em diversos ambientes de forma, propositiva, ética, teórica, histórica, crítica e metodológica. Conforme aponta o CFESS embora se reconheça a dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada

[...] no âmbito da política educacional - sem perder de vista as contradições que as atravessam -, elas não esgotam o potencial e o alcance do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2012, p.38).

Nesta perspectiva o Serviço Social na educação básica busca trabalhar de forma integrada e participativa, articulando a Lei (nº 8662/93) que rege e orienta a profissão com a política educacional brasileira, mediando a comunidade escolar com os acessos dos direitos sociais. Sendo assim, as possibilidades de intervenção e mediação do Serviço Social são amplas na política de educação, pois trabalha em rede com outras políticas de direito social.

Com base nisso o papel desse profissional na escola é também trabalhar objetivando o apoio e a promoção da “[...] Superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas à efetivação do projeto da escola cidadã” (AMARO, 2012, p.17). Segundo o CFESS a educação

“[...] pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano”. (CFESS, 2012, p.33).

É importante ressaltar que a pesquisa identificou também que o Serviço Social inserido na educação básica tem a necessidade de se reconhecer dentro desta política, para depois fazer-se reconhecer perante aos usuários e aos mantenedores da instituição. Para romper com visões não legítimas da profissão, o “[...] profissional precisa ter clareza que é acionado pelo Estado para atuar na produção e reprodução das relações sociais, necessitando constantemente criar estratégias que fortaleçam e legitimem o Projeto Profissional” (SILVEIRA, 2013, p. 83-84). Ressalta-se aqui que segundo o CFESS os espaços ocupacionais nos quais se insere o/a assistente social encontram-se, na atualidade, bastante precarizados

[...] no que diz respeito à infraestrutura, a recursos humanos e a condições objetivas para materializar as políticas sociais a que estão vinculados. Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o/a assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação (CEP, Lei de Regulamentação - 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição. (CFESS, 2012, p. 35).

No que tange aos limites e possibilidades do Serviço Social nos diferentes espaços de trabalho, a educação básica se caracteriza como um espaço que encontram-se diversas incertezas e conflitos sociais. Partindo desse pressuposto, o Serviço Social objetiva mediar dificuldades que desestruturam o ambiente escolar e que conseqüentemente interferem na formação do aluno.

As contribuições do trabalho do Serviço Social na educação básica giram em torno da superação das contradições que assolam o âmbito escolar identificando-as e buscando estratégias para o seu enfrentamento e superação. Em suma, o Serviço Social objetiva sua intervenção com vistas a contribuir para o desvendamento da realidade social, trabalhando numa perspectiva transformadora, visando à superação das desigualdades sociais, e buscando a construção de uma educação cidadã.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos da pesquisa, realizou-se uma breve análise dos desafios e constituição do trabalho do Serviço Social na educação básica. Neste sentido, identificou-se a necessidade da intervenção desse profissional nesta política, pois nesse âmbito se expressam várias expressões da questão social conforme foram identificadas ao longo do estudo. Sendo assim, o Serviço Social inserido neste espaço sócio ocupacional junto com outros profissionais irá contribuir para a superação das contradições que se apresentam no ambiente escolar.

Destaca-se aqui que apesar do trabalho do Serviço Social na educação se fazer presente desde o surgimento dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão, este espaço ainda é novo na realidade do Assistente Social. Sendo assim, percebeu-se na pesquisa que a maior dificuldade da intervenção do Assistente Social na política de educação básica é a própria clareza do mesmo no seu agir profissional. Neste sentido é necessário que a categoria profissional continue trabalhando no sentido de desenvolver estratégias para superar esta contradição.

O processo durante o desenvolvimento desta pesquisa proporcionou a acadêmica em Serviço Social, ampliar seu conhecimento, tendo como intuito a universalização do mesmo. Os objetivos propostos foram alcançados.

No que diz respeito à literatura referente a esta temática identificou-se que há uma vasta bibliografia que abordam o tema. No entanto, percebe-se que estas bibliografias devem ser mais exploradas no âmbito da academia, visto que a política da assistência e saúde ainda são as que mais ganham destaque no decorrer da graduação. Identifica-se essa necessidade no momento em que os acadêmicos de Serviço Social inserem-se nos mais diversos espaços sócio ocupacionais no momento do Estágio Supervisionado de Serviço Social I e II, sendo assim é preciso que se tenha uma atenção maior no que diz respeito à política de educação, assim como outras políticas.

A pesquisa buscou ampliar, universalizar, propor e discutir as contribuições do trabalho do Serviço Social na política de educação básica brasileira. Para isso, percorreu a política de educação básica brasileira desde o período que antecede a Constituição Federal de 1988, buscando entender sua historicidade, totalidade e contradições, levando em conta suas possibilidades, seus processos em diferentes

períodos, até o momento em que se tornou um direito social universal com a Constituição Federal de 1988.

A história da educação escolar brasileira nos revela contradições no que tange ao seu acesso e permanência. Em sua história inicial, o acesso e a permanência no âmbito de ensino/aprendizagem restringia-se a classe burguesa. É somente no período do final da década de 1980 e 1990 que começa o processo de universalização da educação escolar, possibilitando o acesso ao cidadão aluno a escola, entretanto, ainda não se tinha a preocupação com a sua permanência neste espaço.

É importante destacar aqui que a educação escolar brasileira era tratada como uma mercantilização, onde a mesma tinha sua forma pedagógica voltada quase que exclusivamente a ideias conservadoras, direcionada ao mercado, ao individualismo, a competição, a inconsciência do que acontece ao seu redor, ou seja, a inconsciência da realidade social.

É nessa perspectiva que se reconhece a importância do trabalho do Serviço Social na educação básica, pois este tem o objetivo de conhecer a comunidade escolar (alunos, família, profissionais da educação) para propor uma intervenção interdisciplinar, com o objetivo de superar as contradições presentes no cotidiano escolar que dificultam e por vezes impossibilitam a garantia do direito a educação e o desenvolvimento das habilidades dos sujeitos que fazem parte deste espaço, buscando o rompimento da mercantilização da educação e ideias conservadoras voltadas ao mercado.

Neste sentido o Serviço Social no âmbito da educação básica irá intervir nessa realidade social, discutindo e propondo novas possibilidades de contribuir no sentido de superação dos condicionantes que se apresentam na educação escolar, que dificultam não só o ensino/aprendizagem dos alunos e profissionais da educação, mas também de toda comunidade escolar. Desta forma as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na educação básica é mediar as diferentes contradições que se expressam na comunidade escolar com as políticas de direitos sociais. Trabalhando na perspectiva de garantir esses direitos e superar essas contradições apresentadas pelas expressões da questão social que emergem do sistema vigente.

Cabe ressaltar aqui também que o Serviço Social tem por objeto de trabalho as expressões da questão social, e que estas movimentam-se de acordo com a

dialética que gira em torno do homem através do capital, tendo a necessidade de profissionais que intervenham nessas contradições. Desta forma o Serviço Social inserido no âmbito da educação básica não realizará sua intervenção de forma imediata, mas sim de forma ampliada, considerando a totalidade do sujeito, buscando compreender as relações sociais e como os valores são apreendidos na sociedade capitalista interferem no modo e condição de vida dos sujeitos.

Outro aspecto importante que foi possível identificar ao longo desta pesquisa e que cabe destacar aqui como forma de contribuição, foram as ótimas referências do autor Paulo Freire, o qual tem excelentes contribuições na área da educação. Ressalta-se que seria de grande valia a oportunidade de explorar mais sua literatura, pois este é um autor que em suas bibliografias mostra-se preocupado com os sujeitos considerando sua totalidade, segundo ele a aprendizagem escolar tem que levar em conta as dificuldades que eles enfrentam em casa, as possibilidades de que dispõem para comer, para vestir, para dormir, para brincar, com as facilidades ou com os obstáculos à experiência intelectual, incluindo sua saúde e equilíbrio emocional.

O referencial teórico de Freire aponta para a necessidade de um processo de formação na educação básica que oriente o sujeito a ler o mundo a partir de sua realidade social vivenciado em seu cotidiano. Entende-se que o pensamento de Paulo Freire e suas contribuições vai ao encontro do que o Serviço Social enquanto categoria profissional busca.

Enfim, a inserção do Serviço Social na educação básica brasileira irá contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam no cotidiano escolar. Nesta perspectiva o Serviço Social respaldado pelo Código de Ética Profissional em todos os espaços sócios ocupacionais em especial aqui a educação básica deve criar estratégias para a materialização do seu projeto ético político onde tem o amparo legal de sua Lei de Regulamentação da Profissão.

Assim é necessário que o Assistente Social ao buscar pela sua inserção na educação básica tenha a clareza de suas contribuições e do espaço sócio ocupacional em que vai inserir-se para que não seja apenas mais um espaço de inserção profissional. O Serviço Social no âmbito da educação básica deve intervir contribuindo na transformação social dentro deste espaço, buscando enfrentamento

das desigualdade sociais, e assim indo ao encontro do acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf> acesso em: 29 de ago. de 2016.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: UFSC, 2012.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2004. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

_____. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2016.

_____. **O Serviço Social e a política de Educação**. S.D. Disponível em: <http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf> . Acesso em: 27 de out. d 2016.

_____. **A educação como direito social e a inserção de Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais**. Cartilha- O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Educação Cidadã**: desafios, diálogos e travessias. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

BRASIL, Lei N° 8.662, promulgada em 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 27 de ago. de 2016.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. Cortez Editora, 2008.

CAMARGO, Marisa. **O trabalho do assistente na atenção primária em saúde no século XXI**. Porto Alegre, 2014.

CHAN, Iana; TAMI, Julia. **Os desafios da Educação brasileira em números**. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/educacao-brasileira-numeros-850741.shtml> Acesso em: 17 de jun. de 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. IN: **COLETÂNEA DE LEIS: revista e ampliada**. CRESS: Porto Alegre, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/.../BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. Cartilha Trabalho E Projeto Profissional Nas Políticas Sociais: **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. CFESS, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Digitalização: 2002.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (32ª impressão).

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social.** 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

FRIGOTO Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso.** 5.ed. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. Estado, classes trabalhadoras e políticas sociais no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Técnicas de Pesquisa**/São Paulo: Atlas Ed., 2002.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/File/196/70>> Acesso em: 25 de jun. de 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. Introdução ao método da teoria social. 2009, 37 p. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam**. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2016.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A Categoria de Mediação em face do processo de Intervenção do Serviço Social**. Disponível em: < <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em 28 de set. de 2016.

PRATES, Jane Cruz. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVEIRA, Silvia Regina. O Trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação Básica na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Tese**. Disponível em: <<http://repositorio.pcrs.br/dspace/bitstream/10923/5126/1/000445411-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em 28 de out. de 2016.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A- Instrumento de coleta de dados da pesquisa

Tema: Trabalho do Serviço Social na Educação Básica.

Nome do autor (a): Verônica Castro

Nome do orientador (a): Dra. Simone Barros de Oliveira

ROTEIRO NORTEADOR DA PESQUISA

- 1) Demandas apresentadas ao Serviço Social na Educação Básica
- 2) Intervenções realizadas pelo Serviço Social no âmbito da Educação Básica.
- 3) Contribuições do Serviço Social para a efetivação dos direitos sociais na Educação Básica